

SER QUEM SE É: Liberdade e singularidade do sujeito

Eloá Carvalho Neri da Silva¹

Taylis Fabel Vilas Bôas Azevêdo²

Velda Torres³

RESUMO

O objetivo deste artigo é abordar panoramicamente um tema muito em voga na atualidade: *ser quem se é*. Uma proposta que transcende parâmetros socioculturalmente estabelecidos e abre discussão para a diversidade do humano, considerando também aspectos que ultrapassam as barreiras do binarismo heteronormativo das “caixas para meninas” e “caixas para meninos”. Nesse sentido, aborda o aprimoramento de um senso crítico na promoção de um ser pensante “fora das caixas”, que pautar suas condutas em respeito e equidade com a individualidade de cada um, sem julgar ou discriminar consoante paradigmas enraizados no meio social. A discussão proposta apresenta um diálogo com as perspectivas teóricas de Friedrich Nietzsche (1966;2008), Stuart Hall (1997;2006), Byung-Chul Han (2017), Pierre Bourdieu (2007), Néstor Canclini (1997), Erving Goffman (2004), Raymond Williams (2011; 1979), Roberto Porto Simões (1995) e James Grunig (2009). No âmbito desta abordagem percebe-se que, diante das barreiras sociais que vão de encontro com os direitos humanos individuais, é evidente a disseminação de todo discurso de força e apoio de conscientização e reflexão quanto a diversidade e singularidade de cada cidadão, atualizando a moral que a rege a sociedade. Nesse contexto, a comunicação nas redes sociais, enquanto um dos alicerces da vida global no século XXI, tem corroborado tanto para reforçar posturas discriminatórias quanto para promover o respeito à diversidade.

Palavras-chave: Inclusão social. Diversidade. Ética. Comunicação.

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre a diversidade implica em voltar-se para aspectos que se distinguem do que é normatizado como padrão no espaço social moral vigente e para iniciativas que buscam combater a discriminação, reiterando a necessidade de se respeitar as diferenças. Em um mundo multipolarizado, a globalização e o midiatismo veiculam paradigmas pautados em ideologias, muitas vezes,

¹Graduanda do 3º semestre do curso de Relações Públicas da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). E-mail: eloa.silva@ucsal.edu.br.

²Graduanda do 3º semestre do curso de Relações Públicas da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). E-mail: taylis.azevedo@ucsal.edu.br.

³Doutora e Mestre em Cultura e Sociedade (UFBA), Comunicóloga, Professora da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). E-mail: velda.torres@pro.ucsal.br.

preconceituosas que estão estruturalmente enraizadas. Contudo, políticas apoiadas no binômio diversidade-inclusão têm sido dirigidas para combater a discriminação, que sustenta um sistema opressor e exclui segmentos sociais, colocando em voga a liberdade e o direito de *ser quem se é* em distintos cenários sociais, incluindo o mundo de trabalho.

Nesse contexto, algumas empresas têm buscado inserir a diversidade característica da sociedade brasileira como representativa da sua força de trabalho. Trata-se de uma perspectiva alinhada a de Grunig (2009, p. 62) ao salientar que uma organização deve prover de uma “estrutura orgânica, cultura participativa e sistema simétrico de comunicação e na qual existam oportunidades para mulheres e minorias raciais e étnicas”. Outras empresas, entretanto, continuam a definir seu quadro de funcionários orientando-se por preconceitos que estigmatizam os sujeitos em função da cor da pele, tipo de cabelo, altura, idade, opção sexual, deficiência física, tatuagem e tantas outras características discriminatórias que os excluem dos processos seletivos.

Essa é uma realidade que ocorre em distintos espaços sociais e não apenas no mundo do trabalho, demandando cada vez mais discussões, envolvendo o binômio diversidade-inclusão, que possam contribuir para o fortalecimento do poder do sujeito de agir de acordo com suas singularidades e individualidades. Nesse sentido, enaltecer a observância sobre a diversidade de gênero, racial, étnica e cultural dos seus públicos internos e externos, mobiliza a participação de várias parcelas da sociedade, promovendo uma heterogeneidade que elucida um avanço na conquista do direito de *ser quem se é*.

Neste artigo buscamos abordar como essa diversidade do humano transcende os parâmetros estabelecidos por padrões culturais, seja na questão da sua sexualidade/gênero, nos aspectos comportamentais ou físicos, ultrapassando as barreiras das “caixas” limitantes de um binarismo heteronormativo nos modos de ver o outro (BUTLER, 2003). A promoção de um ser pensante fora dessas “caixas”, que pautar suas condutas em respeito e equidade com a individualidade de cada um, envolve o aprimoramento do senso crítico, de modo a não julgar e nem discriminar com base em paradigmas enraizados no meio social. Nesse sentido, corresponde a

conscientização quanto à diversidade e à singularidade de cada cidadão, incluindo reflexões sobre a moral que rege a sociedade.

Esta discussão proposta neste artigo é estruturada em três seções, incluindo esta introdução, uma seção teórica-metodológica envolvendo aspectos relevantes para compreensão da realidade abordada e uma última seção com as considerações finais.

2 REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO *SER QUEM SE É*

Ser quem se é implica no sujeito saber se aceitar e se impor perante a sociedade, questionando os padrões e regras morais, resistindo aos julgamentos. Para entender o que *ser você* tem de importante e desafiador, dentro desse contexto de diversidade, é preciso compreender a estrutura social em que esses questionamentos se passam, tendo como parâmetro seus princípios morais norteadores da conduta ética nos espaços sociais que o indivíduo participa.

Conforme Dantas (2017), a ética é o estudo das opiniões críticas, ou julgamentos acerca do comportamento do homem, sendo que esse comportamento está apto a ser designado como virtuoso ou não a partir da compreensão de uma coletividade ou grupo definido. Sob essa perspectiva, está associada à investigação das regras, tabus e convenções estabelecidas por cada sociedade e que orientam o comportamento em comunidade.

Como tal, a ética é compreendida como a ciência que estuda a moral, a qual é de ordem relativa - isto é, cada um acredita naquele valor dentro de uma conjuntura de nação. É inegável que a moral é mutável, pois diz respeito à tradição e ao costume. Envolve um conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações dos indivíduos numa determinada comunidade, sendo que o conceito, a função e validade da moral variam de acordo com as distintas sociedades em diferentes épocas (DANTAS, 2017).

É também inegável que alguns dos valores morais que norteiam a conduta numa sociedade foram pautados ao longo dos anos em ideologias racistas e de cunho heteronormativo. Essas últimas orientadas pela herança do patriarcado envolvendo um ideário sexista, machista e excludente que impõe à sociedade

normas sociais para uma conduta considerada adequada dentro de uma comunidade, de modo que cada um tenha seu lugar estratificado e imutável. Toda essa construção histórica, assentada em relações de opressões e explorações, influenciou e ainda influencia na regulamentação do comportamento humano, restritivo, julgador e punitivo.

Analisando essa realidade no contexto da herança heteronormativa, Tiburi (2018, p. 76-77) considera que viver sob esse tipo de relações é como

[...] viver em uma sociedade na qual as pessoas são marcadas como gado. Ninguém que tenha uma forma democrática de pensar e de sentir pode gostar de ser marcado ou de marcar o outro. [...] depois vieram a se apropriar, como forma de usar a marcação sofrida para politizar a própria vida violentada pela ordem dominante. Assim, torna-se possível tanto denunciar o processo de marcação quanto assumir um lugar de menor sofrimento no contexto dos preconceitos contra os quais se luta. [...] se está a definir um outro lugar relacionado ao direito de ser quem se é, o direito de existir. O direito de estar presente.

Esses ideários da liberdade de expressão, do se reconhecer e se aceitar *como se é* e do sujeito *ser feliz* com sua singularidade começaram a ser levantados desde a Grécia antiga, quando Sócrates já enunciava “conhece-te a ti mesmo”, ratificando o quão importante é o autoconhecimento (BRASIL, 2012). Esse aforismo grego nunca esteve tão em voga, personificado nas lutas sociais pelo direito de *ser quem se é*, se colocando no meio social da forma que cada um se reconhece.

Na contemporaneidade, o ideal de sociedade definido por Foucault (1987) dá lugar a uma sociedade do desempenho (HAN, 2017), esta última não menos patológica do que a anterior. A sociedade disciplinar era uma forma de dominação, utilizada para o controle social e designação da moralidade, moldando os sujeitos através do exercício do poder de autoridades e do reforço de instituições disciplinares, que com o decorrer do tempo se tornou incompatível com a realidade social. Esse novo panorama que começa a se erguer com a promessa de mudança, continua alienando e coordenando a sociedade através da superprodução, superdesempenho e supercomunicação, desencadeando um esgotamento, exaustão e sufocamento frente à toda essa demasia (HAN, 2017).

Han (2017) corrobora com essa perspectiva ao abordar o conceito de Sociedade do Cansaço em alusão ao modo como o homem torna-se sua própria

prisão. A ilusória liberdade e o controle da sua vida não passam de uma estratégica distorção da real sociedade - na qual o trabalho, a tecnologia, o tempo e o dinheiro são as únicas coisas que realmente importam na vida, em detrimento do cuidado e da atenção ao outro. Na perspectiva do autor, a sociedade produz homens e mulheres atomizados e alienados, dentro de um contexto de violência sistêmica que gera infartos psíquicos. Nessa atmosfera exaurida pela exaustão e cansaço da alma – Síndrome de Burnout – os seres pensantes, já tão pressionados, almejam incessantemente libertação (HAN, 2017).

Essa ânsia pela libertação de ser quem se é, sem seguir condutas determinadas por aqueles que se consideram detentores da absoluta verdade, ajuda a difundir ideais libertários que colocam em pauta questionamentos das “caixas” normativas em distintos esferas sociais. Contrariando esse sistema normativo, lutas sociais - como o Movimento Feminista, Movimento LGBTQ+, Movimento Negro, Movimento de Pessoas com Deficiência, entre vários outros, começam a questionar a imposição das “caixas sociais” como modelos de conduta e a propor a fusão delas, de modo a derrubar esse pensamento engendrado e possibilitar um ambiente social acolhedor, compreensivo e respeitoso.

Os movimentos sociais utilizam-se de redes sociais, globalizadas, de comunicação e informação para auxiliar na atuação da disseminação e propagação de seus ideais, já que atualmente o desenvolvimento da bagagem crítica e de novos saberes também fazem parte da produção de toda essa comunicabilidade midiática. Dessa forma, impõem resistência à essa exclusão social, lapidando as identidades através da carga simbólica das representações, de modo a empoderar os cidadãos mediante seu protagonismo como sujeitos sociais atuantes (GOHN, 2011).

Esses movimentos sociais resgatam a ideologia de Nietzsche (2008) sobre o “torna-te quem tu és” - principalmente junto aos jovens. São embasados por discussões que possibilitam ao sujeito utilizar todo o seu potencial, sem se deixar reprimir/oprimir e/ou ser posto como parte integrante de uma categoria subjugada e tida como “invertidos”. Nesse sentido, apoiam-se na concepção do filósofo de que não pode haver qualquer anteparo entre o homem que se torna o que é e a vida em si que ele manifesta, ao elucidar a ausência de mediação de teorias, morais e mandamentos religiosos como um modo de viver. Sob essa perspectiva, Nietzsche

(1966) analisa as forças que constroem o homem e que estão para além de qualquer identidade determinada, explicitando o quão valioso é a felicidade da existência, presente em *ser o que é*, sem negar a vida ou uma forma de viver.

Essas manifestações sociais mobilizam e são mobilizadas por transformações globais que têm enfraquecido referências que davam estabilidade social aos sujeitos, gerando uma crise de identidade, “vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referências que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2006, p.7). No centro dessa crise o sujeito constitui a si, não tendo identidade fixa e sim múltiplas identidades continuamente formadas e transformadas em relação a outras identidades e sistemas culturais.

Nesse processo de constituição identitária o tornar-se *quem se é* significa transvalorar (NIETZSCHE, 1966) os valores, ressignificando-os em prol de um modo de vida propício ao da quebra de paradigmas, pondo o ser humano como senhor de si mesmo. Aliado a isso, a proposta de nova ordem ideológica pelos movimentos sociais tenta combater as artimanhas da exclusão de uma sociedade que propicia uma inclusão perversa, na concepção de exclusão conectada com desigualdade social e inadaptação individual ligada à injustiça social (SAWAIA, 2014).

Nesse contexto entra em pauta a violência simbólica, a qual, conforme Bourdieu (2007), é uma violência velada que se impõe numa relação do tipo submissão relacionada ao exercício do poder simbólico que age contra a liberdade do *ser quem se é*, comprimindo normas comportamentais para a sociedade e pondo os indivíduos a duvidarem de si e não se reconhecerem em seus próprios corpos. Essa questão permeia vários aspectos a serem debatidos, mas tendo como ponto central a autoafirmação identitária, visto que, conforme Hall (1997, p.61), “Somos nós, em sociedade, entre culturas humanas, que atribuímos sentidos às coisas. Os sentidos, conseqüentemente, sempre mudarão de uma cultura para outra e de uma época para outra”.

Os sentidos dados pelos sujeitos ao mundo perpassam suas experiências vividas, incluindo a rotina organizada pelo mundo do trabalho, “pelo tipo de trabalho que desenvolvem, pelas relações que estabelecem enquanto profissionais e pelas

amizades, momentos de descontração, brechas criadas no ambiente de trabalho para a expressão de suas características enquanto pessoa, sujeito trabalhador” (FIGARO, 2001, p.157). Assim, as relações no mundo do trabalho também perpassam os processos de constituição das identidades, envolvendo questões étnicas, de gênero, culturais, relacionais e de outras ordens atreladas ao uso de si nas atividades laborais, o que contribui para inserir a centralidade do trabalho como uma das características dos processos de formação das identidades sociais.

O trabalho, enquanto atividade essencial humana, envolve relações que têm papel relevante nesses processos de constituição das identidades, a partir da identificação social do indivíduo pelo uso de si na atividade laboral, influenciando na definição/reconhecimento de ser trabalhador, ser cidadão, produzindo para si e para o outro sentidos a partir dessa sua relação como o ambiente de trabalho (FIGARO, 2001). A representatividade das identidades sociais no âmbito dessas relações se dá na maneira de agir, se vestir, se impor e se comportar diante de um grupo de pessoas, bem como na escolha do gênero do parceiro/companheira, no reconhecimento da cor da sua pele, na conscientização da deficiência que possui; seja na sua singularidade e unicidade de ser.

Conforme disposto no artigo 5º da Constituição Brasileira (1988), “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, o que implica que, mesmo com suas características individuais, todos exercem, ou deveriam exercer, igualmente o papel de cidadão e de um indivíduo participante na sociedade. Contudo, as categorias marginalizadas sofrem de uma falta de participação social efetiva, sendo inseridas no contexto da exclusão. Logo, necessitamos de uma perspectiva educacional que nos leve a uma direção inclusiva, visando a garantia de inserção efetiva da diversidade no âmbito trabalhista, ou em qualquer outro, retificando essa atribuída “inclusão perversa” (SAWAIA, 2014).

Muitas corporações adotam posturas intolerantes e discriminatórias, seja no âmbito racial, de identidade de gênero ou em termos de deficiência, reforçando uma barreira de vulnerabilidade e exclusão, imposta por essa construção social. Sob essa perspectiva, Lockmann (2013) e Menezes (2011), apoiando-se em Foucault (2008), abordam uma análise do conceito de governamentalidade associado ao contexto escolar, mas que impreterivelmente dialoga com o trabalhista.

Ao analisar a perspectiva dessas duas autoras, Turchiello e Machado (2015) salientam a importância de que toda sociedade tenha como parâmetro de conduta o princípio regulador inclusão, que irá englobar várias ações que conduzirão a população para melhor formação e inserção das atividades partícipes desses indivíduos no trabalho e no exercício das funções de cidadão. Embasado por esse conceito, cria-se na sociedade um paradigma normal-comum, onde um ideal normal que é norteado pela falsa ilusão de normalidade acaba por conceder a essa realidade um aspecto do comum regido pelo poder social e alicerçado ainda hoje pela mídia e seus meios de comunicação.

No atual contexto da globalização a mídia atua com grande carga de disseminação de informações nessa sociedade escópica (DEBORD, 2003), em que o importante é a transmissão de uma imagem consoante as reivindicações sociais atuais. Nesse cenário, o discurso sobre a diversidade tornou-se cada vez mais frequente nas instituições. No entanto as ações ditas inclusivas, muitas vezes funcionam como meros cumprimentos de legislações ligadas a “Políticas de Diversidade”, maquiando uma suposta realidade. Essa situação acaba por repercutir em impactos que desfavorecem um ambiente heterogêneo na rede trabalhista, gerando igual oportunidade para todos.

Esse hiato apontado, muitas vezes, entre discursos e ações práticas das organizações voltadas para a diversidade tende a desagregar e trazer à nível prático o conflito. Para Simões (1995), o conflito é iminente no sistema organização-públicos, que, em última análise, é um sistema micropolítico e social em que se encontra uma organização e os seus públicos de interesse. Toda essa reflexão está presente na realidade convulsãoista que permeia o social e abrange um maior público, haja vista as relações da integração dos interesses almejados com o contexto tecnológico vigente.

Além disso, nesse meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008), em que a realidade atual se encontra, o papel que as diversas pessoas desempenham nessa rede informacional e midiática é de influenciadores diretos tanto na manutenção quanto na ruptura de padrões sociais. Com uma estrutura ampla e multipolar as ideias são compartilhadas e debatidas, ocorrendo a identificação por categorias sociais. No entanto, essa instantaneidade também corrobora com a

massificação do pensamento alienado, explícito e implícito, funcionando como mecanismo de contenção da liberdade do sujeito.

Andrew Keen (2009), em “O culto ao amador”, já alertava para a possibilidade de um ambiente significativamente negativo para a propagação de ideias difusas e inconsistentes, potencializado pela ambiência social proporcionada pelas tecnologias digitais e a internet. Nessa discussão, a mediocridade racional, reforçada pelo excesso de informação que cobre o senso crítico e ambigualmente alimenta o ciclo de desinformação e ignorância, alicerça um achatamento de cultura e aparências civilizadas - que esbarram na questão trazida por Saramago (2001) sobre essa histeria de cegueira social que acometeu a população mundial informacional e que atua como impasse na liberdade da essência do eu.

Sob esse viés, Canclini (1997) aborda o conceito de hibridismo cultural determinando as diferentes expressões que são postas em uma totalidade de organismos culturais, sendo abarcado pelo processo da globalização que corrobora ativamente para a circulação de simbolismos que se integram na conjuntura social. Nesse processo de hibridismo informacional a comunicação midiática propaga ideologias através da ampliação de novas óticas argumentativas em meio a esse hiperfluxo, ofertado pela aceleração tecnológica que configura um paradigma digital que funciona paradoxalmente favorecendo os discursos hegemônicos, mas simultaneamente promove uma abertura para irradiar novos ideários, de modo a valorar a consciência social.

Nesse contexto, a comunicação midiática age diretamente na construção do ideário social através da difusão informacional, provocando um debate por diferentes perspectivas que desencadeiam e regem os hábitos e costumes que serão desempenhados através da cultura hegemônica. Segundo Gramsci (1999, p. 314), as ações contra-hegemônicas atuam como “instrumentos para criar uma nova forma ético-política”, alicerçado pela tentativa de reverter as condições de vulnerabilidade e estratificação social (MORAES, 2010). Sendo assim, é inevitável perceber que no campo midiático não há uma homogeneidade e sim contravenções e diversos sentidos que emergem do anseio de mudança social.

Ratificando essa mobilização surgem movimentos ideológicos que atuam no embate ao hegemônico, visando uma discussão das relações de poder em termos

da responsabilidade social que questiona as máscaras sociais. Nessa atmosfera, surgem retroalimentações de discursos pré-moldados que se estabelecem como papel assistencial às camadas marginalizadas, ONGs e políticas públicas. No entanto, essas questões deveriam ser obrigações morais de toda uma sociedade perante as pessoas postas como excluídas.

Conforme Weber (1991), o poder é uma oportunidade para que alguém imponha a sua própria vontade numa dinâmica social, mesmo havendo relutância da outra parte. No entanto, Foucault (1979) discute sobre a inexistência dessa autoridade de poder, enveredando para as relações de poder que são estabelecidas. O autor discorre que essas interações foram marcadas pela disciplinaridade, trazendo consigo uma maneira específica de punir, vinculando díades como opressor-oprimido, persuasivo-persuadido e tantas quantas forem as relações que exprimem comando.

Nessa perspectiva das relações de poder surge uma preocupação muito acentuada no quesito do binômio diversidade-inclusão, já que mesmo com a emergência de movimentos sociais, que lutam pela equidade social, ainda ocorre diferenciação. Principalmente em termos da inserção dessas pessoas na parcela economicamente ativa da sociedade, sendo vítimas da crueldade vivida no mercado de trabalho, seja na sua formação profissional, nos processos seletivos ou na sua manutenção empregatícia. Desse modo, a autoafirmação do *ser quem se é* ainda provoca entraves no viver em sociedade, seja qual for a sua singularidade fora das “caixas sociais”. E os meios de comunicação entram nessa atmosfera para atender demandas de resistência, proporcionando disseminação informacional para um debate crítico mundial.

3 CULTURA, COMUNICAÇÃO E DIVERSIDADE

Na atuação da comunicação em todo esse contexto cultural diverso nota-se que as mudanças sociais e as relações com a sociedade foram postas em pauta, reiterando a concepção de que a cultura não significa simplesmente sabedoria recebida - algo dado, mas um grande número de interações ativas expressas

através da representação e discurso que podem tanto mudar a história quanto transmitir o passado.

Tal perspectiva insere a cultura como resultante da produção de sentido e significados no âmbito dessas interações. Conseqüentemente, posiciona a comunicação no centro desse processo como um importante elemento para a evolução de significações e valores (WILLIAMS, 2011). Nesse contexto, a cultura é percebida como algo comum a sociedade como um todo, contudo, não sendo igual para todos. Vale ressaltar que essa ideia de cultura como algo comum só pode ser considerada em um contexto envolvendo igualdade de acesso à condições materiais e um processo democrático em sua totalidade.

Aliado a essa perspectiva surge uma vertente que discute sobre as formas identitárias nessa pluralização cultural. Segundo Hall (2006), em virtude da globalização, diversos deslocamentos ocorreram no interior dessas identidades culturais, promovendo o foco para outras identidades, assim como um hibridismo das culturas. O autor afirma ainda que “[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado.” (HALL, 2006, p.7). Tal concepção dialoga diretamente com a crise cultural e quebra de padrões vigentes que está se discutindo hoje em dia. Conforme Hall (1997, p.61),

A representação é o processo pelo qual membros de uma cultura usam a linguagem para a instituir significados. [...] Somos nós, em sociedade, entre culturas humanas, que atribuímos sentidos às coisas. Os sentidos, conseqüentemente, sempre mudarão de uma cultura para outra e de uma época para outra.

Essas novas identidades e representações sociais que emergem da marginalização buscam se afirmar perante a sociedade, no respeito e na admissão de um lugar no dinamismo do sistema. A questão da diversidade deveria ser respeitada de modo a equiparar os cidadãos, considerando a individualidade de cada pessoa, seja no âmbito de raça, gênero, orientação sexual ou deficiência. Aqui é reiterado mais uma vez a importância das relações entre os indivíduos, suas

singularidades e o contexto social de resistência e luta que vão de encontro com o estigma social.

Goffman (2004) analisa o estigma social sob a perspectiva grega que se referia ao status moral, atribuído a determinadas pessoas que deveriam ser evitadas publicamente. Nesse sentido, correlacionando com a temática da identidade social, ao afirmar a categorização protagonizada pela sociedade regida por ideias pré-concebidas, conforme um retrato da posição do indivíduo no que tange cor de pele, religiosidade e ocupação, entre outras questões.

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. (GOFFMAN, 2004, p. 6)

Nesse mesmo viés, Lippmann (1972, p.151) designa preconceitos como um esquema pré-definido a partir do qual a conjuntura social é captada, já que, “[...] na maior parte das vezes, não vemos primeiro para depois definir, mas primeiro definimos e depois vemos [...]”. Sendo assim, toda essa questão está relacionada a construção social pautada na cultura segregacionista que ainda impõe a comunidade padrões definidos como dentro ou fora da sociedade. Segundo Williams (2011, p. 330) “[...] haverá sempre a tendência de relacionar e mesmo de subordinar esse processo de seleção aos interesses da classe dominante. Esses fatores tornam cabível admitir-se que haverá transformações qualitativas na cultura tradicional”.

Nesse processo a comunicação exerce um papel fundamental, visto que “se converte em questão de meios, isto é, de produção de discursos públicos cuja hegemonia se encontra hoje paradoxalmente do lado dos interesses privados” (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 18). Sob essa ótica, as reflexões acerca dos estudos de uma cultura que põe a heteronormatividade branca e patriarcal como cultura hegemônica, que tem o direito de subjugar outras culturas e jeitos de ser, acaba sendo questionada cada vez mais, devido às transformações sociais da época e da eclosão dos movimentos das minorias diversas.

Dessa forma, fica notório que a sociedade de massa intensificou a individualidade, proporcionando um bem-estar de sensações e emoções em termos de aceitação do íntimo, libertando as capacidades morais e intelectuais do indivíduo

(MARTÍN-BARBERO, 2008). Assim, na construção de uma sociedade, o quesito interação e enxergar o outro na realidade da vida cotidiana, apreendendo suas especificidades e estabelecendo os modos como lidamos nos encontros face a face, denota uma importância e necessidade para a promoção da inclusão do outro (BERGER E LUCKMANN, 2014). O que torna, portanto, mais que necessário se discutir a importância do reconhecimento e valorização do espectro de múltiplas identidades que nos circundam e fazem parte do nosso cotidiano, em prol da felicidade individual para de fato ser alcançada a inclusão, reiterando o conceito de *ser quem se é*.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os parâmetros estabelecidos e impostos pela cultura vigente, que carrega uma herança patriarcal hegemônica, vêm sendo questionados devido discussões sobre a diversidade do humano, seja na questão da sua sexualidade/gênero, bem como nos aspectos comportamentais que ultrapassam as barreiras do binarismo heteronormativo das “caixas sociais”. Sob essa ótica, questões coletivas, como a alienação e a retroalimentação por parte das mídias, ainda atuam como entraves para condutas pautadas no respeito e equidade com a individualidade de cada um, sem julgar ou discriminar consoante paradigmas enraizados no meio social.

Dessa forma, é notável que a perda da autonomia na função de cidadão partícipe está visível no momento em que indivíduos, que por sua diversidade, imergem numa uniformização, deixando de lado a naturalidade do próprio corpo. Mesmo existindo resistência por parte de grupos de movimentos sociais, a falta de representatividade, aversão e marginalização ainda são percebidas.

Em resposta a essa realidade e como forma de resistência social, surgem ongs e instituições com responsabilidade social com a proposta de visibilidade e inserção dessa heterogeneidade. É nesse contexto que ergue-se agregações voltadas para resistência dessa “minoridade excluída”. É de extrema importância destacar que, apesar de existirem obstáculos que vão de encontro com os direitos humanos individuais, é perceptível que a disseminação de todo e qualquer discurso de força e apoio corrobora para a resistência e inserção em um cenário totalmente

discriminatório, ajudando essas pessoas a lutarem contra o que lhe é imposto socialmente, reafirmando sua diversidade. Por fim, destacamos que é importante discutirmos essa questão, pondo-a em pauta como forma de reflexão e contribuição para a desconstrução de conceitos marginalizados enraizados na sociedade.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge*. Garden City, NY: Doubleday, 1966. No Brasil: **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2014. Disponível em <<https://estadoadministracaofcap.files.wordpress.com/2012/10/bergerluckmann-19851.pdf>>. Acesso em 28 de out. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. BRASIL. **Constituição(1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em <https://www.legjur.com/legislacao/art/cf8800000001988-5?gclid=EAlaIQobChMI-o2Y3paq3glVhwWRCh2fAAiOEAAAYASAAEgJ2Pfd_BwE>. Acesso em 28 de out. 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Disponível em <<https://cadernoselivros.files.wordpress.com/2017/04/butler-problemasdegenero-ocr.pdf>>. Acesso em 28 de out. 2018.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas** - estratégias para entrar e sair da modernidade . Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p.283-350: Culturas híbridas, poderes oblíquos.
DANTAS, Elizabeth. C. **Apostila de ética**. Universidade Católica do Salvador, 2017.
DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Trad. Railton Sousa Guedes - Coletivo Periferia, 2003.

FIGARO, Roseli A. **Comunicação e trabalho. Estudo de recepção**: o mundo do trabalho como mediação da comunicação. Anita Garibaldi/Fapesp, São Paulo: 2001.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 572 p.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Trad. de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Estigma** – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Mathias Lambert, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** - Introdução ao Estudo da Filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 494 p. v. 1.

GRUNIG, James E. **Relações Públicas**: teoria, contexto e relacionamentos. 1 ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2009.

HALL, Stuart. The work of representation. In: _____. **Representation, Cultural Representations and Signifying Practices**. Londres/Nova Deli: Thousands Oaks/Sage, 1997.

_____. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Thomaz Silva. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2006.

HAN, Byung Chul. **Sociedade do Cansaço**. Trad. Enio Paulo Giachini. 2^a ed. ampliada - Petrópolis, RJ: Vozes, 2017

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo** (parte I). Petrópolis: Vozes, 1995.

HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor. **A indústria cultural**: o iluminismo como mistificação de massas. Pp. 169 a 214. In: LIMA, Luiz Costa. Teoria da cultura de massa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KEEN, Andrew. **O Culto do Amador**: como blogs, MySpace, YouTube e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LIPOVETSKY, Gilles. **Metamorfose da cultura liberal**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LIPPMANN, W. Estereótipos. In: STEINBERG, Ch. (org) **Meios de comunicação de massa**. SP: Cultrix, 1972.

LOCKMANN, K. **A proliferação das Políticas de Assistência Social na educação escolarizada**: estratégias da governamentalidade neoliberal. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. 317 p.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 5ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

MENEZES, E. da C. P. de. **A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva**. 2011 Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2011. 189 p.

MORAES, Dênis. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de gramsci. Dossiê Comunicação e Política. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

NIETZSCHE, Friedrich. **Ecce Homo**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

_____. **Vontade de potência**. Trad. Mário D. Ferreira Santos. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966 .

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. 5^a ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a cegueira**. 19a . ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SAWAIA, Bader. (Org.) **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. (14. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SIMÕES, R. P. **Relações Públicas**: função política. 5a ed. São Paulo: Summus, 1995.

TIBURI, Marcia. **O Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 8^a ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TURCHIELLO, Priscila; MACHADO, Fernanda. Inclusão de deficientes no mundo do trabalho: uma escolha a monitorar. **Revista Educação Especial** | v. 28 | n. 53 | p. 583-594 | set./dez. 2015.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília, Editora da UnB, 1991.

WILLIAMS, R. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Nacional, 2011.

_____. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.